

Veículo: Século Diário

Data: 29/04/2021

Link:

<https://www.seculodiario.com.br/cidades/comunidade-quer-participacao-no-novo-uso-dos-galpoes-do-ibc>

Comunidade quer participação no novo uso dos galpões do IBC

Ifes receberá a guarda provisória dos armazéns em Jardim da Penha, onde vai instalar reitoria e polo de inovação

VITOR TAVEIRA

29/04/2021 19:51 | Atualizado 29/04/2021 20:12



Depois de muita polêmica, o destino do galpões do IBC, em Jardim da Penha, Vitória, parece caminhar para um desfecho. Nesta sexta-feira (30), o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) assumirá a posse de boa parte do local, ainda antes da assinatura do contrato de cessão para os próximos 20 anos, que, por questões burocráticas, deve sair apenas no final de maio. Os armazéns que marcam o início da ocupação do bairro foram tema de mobilizações da sociedade civil para evitar os planos do Governo Federal de leiloá-los para a iniciativa privada. Agora, esses grupos cobram que haja diálogos da entidade de ensino com a comunidade e com a sociedade, para que sejam usados de forma democrática.



Google Maps

A professora de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Estado (Ufes) Martha Campos, que integra o BR Cidades e o projeto Café com IBC, afirma que os membros deste grupo recebeu a notícia com surpresa, mas de forma favorável e preocupada ao mesmo tempo. Uma das preocupações é para que haja uma ampla interlocução com a sociedade civil, incluindo a Ufes, localizada nas proximidades.

A cessão provisória foi feita às pressas, mas o Ifes, por meio do reitor Jadir Pela, já entrou em contato com representantes da Associação de Moradores de Jardim da Penha (Amjap) para ouvir as demandas da comunidade que compõe o entorno da edificação. "Estamos dispostos a ouvir, conversar, dialogar e transformar aquele espaço num local em que as pessoas se sintam inseridas", disse Jadir Pela. Segundo ele, a proposta é que o espaço seja fruto de um diálogo com a comunidade, sociedade e empresas, para o qual foi criado um grupo de trabalho, com a Amjap convidada a participar.

O acordo da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) com o Ifes prevê a ocupação de 23 mil metros, dos 33 mil totais de área do imóvel. Neste espaço, estariam alocados a Reitoria da instituição, o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância e um Centro Tecnológico para abrigar um Polo de Inovação, a Agência de Inovação do Ifes (Agifes) e uma Incubadora, além de laboratórios multiuso e um espaço maker.



O reitor do Ifes, Jadir Pela, com o superintendente da SPU/ES, Mauro Pavão Madureira, na assinatura do contrato. Foto: Divulgação

"O Ifes assumir o espaço já é uma vitória, pelo fato de não ter sido entregue à iniciativa privada, para o mercado imobiliário. Houve uma abertura de diálogo e esperamos que possa haver espaços de uso aberto para a comunidade", afirma Angelo Delcaro, diretor da Amjap.

Tombamento ainda é provisório

O provável leilão do espaço, previsto para o segundo semestre de 2020, acabou freado em novembro passado pelo tombamento provisório do imóvel, solicitado ao Conselho Estadual de Cultura por 16 entidades da sociedade civil, o que fechou as portas ao menos por enquanto para a demolição das atuais construções, o que poderia gerar interesse do mercado imobiliário para construção de edifícios residenciais nesta área de grande valor.

Mas a efetivação do tombamento ainda está pendente, alerta Martha. "O tombamento é provisório, isso é muito preocupante. A Secult [Secretaria de Estado da Cultura] precisa agilizar o estatuto do tombamento em definitivo", apontou a professora, para não implicar em modificações que possam descaracterizar aspectos históricos e arquitetônicos do imóvel.

O valor da edificação como patrimônio histórico do bairro e da cidade foi um dos pontos discutidos nos eventos online Café com IBC, uma série de três debates que geraram acúmulo da sociedade civil para pensar aquele espaço, reivindicado para uso coletivo e comunitário desde a década de 1980 pelo movimento comunitário de Jardim da Penha.

"Este debate pode e ainda deve ser promovido e ampliado pela sociedade, grupos, coletivos, associações, pois se trata de um bem público de enorme valor afetivo e constituinte da memória da paisagem da cidade, da região e, sobretudo, dos moradores do bairro. Garantindo o tombamento ao proteger a área dos armazéns e do terreno, temos a chance de reinserir este patrimônio reconhecido na modalidade patrimônio industrial, na dinâmica atual da cidade. Entendo que o destino dos galpões do IBC deve ser incluyente, de uso para toda população capixaba", aponta Martha Campos.